

INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS

(maio 2009)

Taxa de desemprego total (%) - Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) -

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,2	19,3	17,6	17,6	19,0	19,9	18,7	16,9	15,8	14,8	13,5	13,6

Fonte: DIEESE/SEADE. * Média dos três primeiros meses do ano.

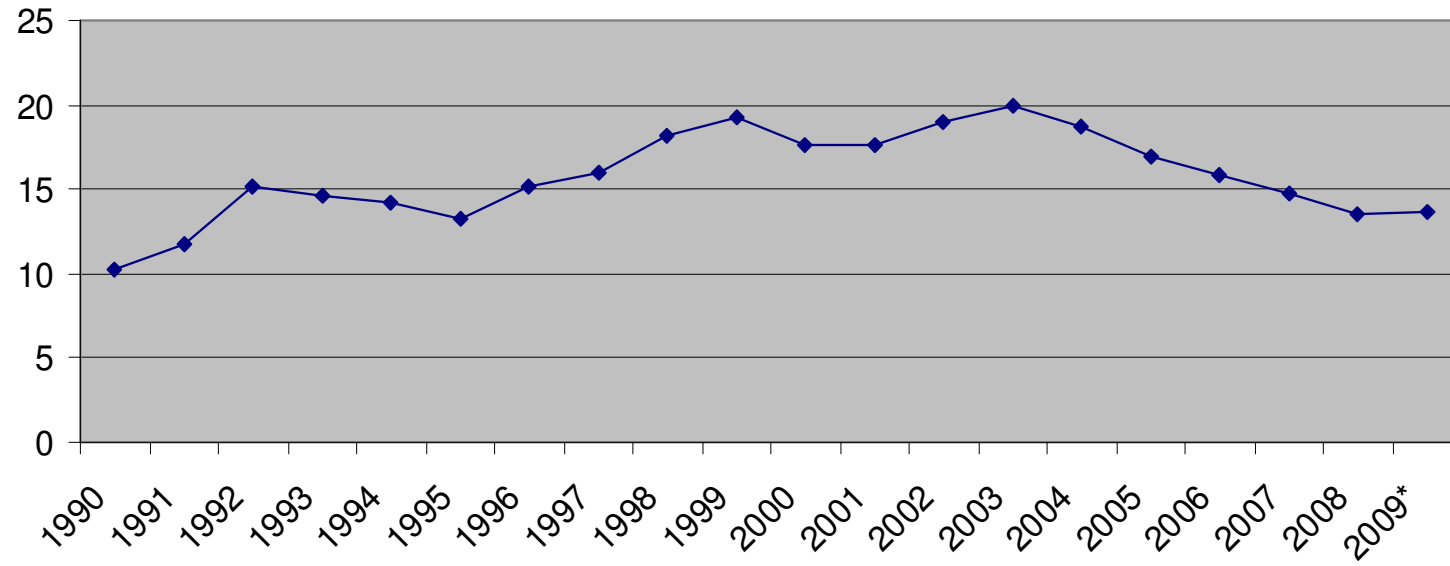
Taxa de desemprego total (%) – 6 Regiões Metropolitanas

1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
18,7	20,2	18,7	18,8	19,5	20,8	19,6	17,9	16,8	15,5	14,1

Fonte: DIEESE/SEADE. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

Obs.: corresponde ao total das 6 Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Distrito Federal.

TAXA DE DESEMPREGO RMSP



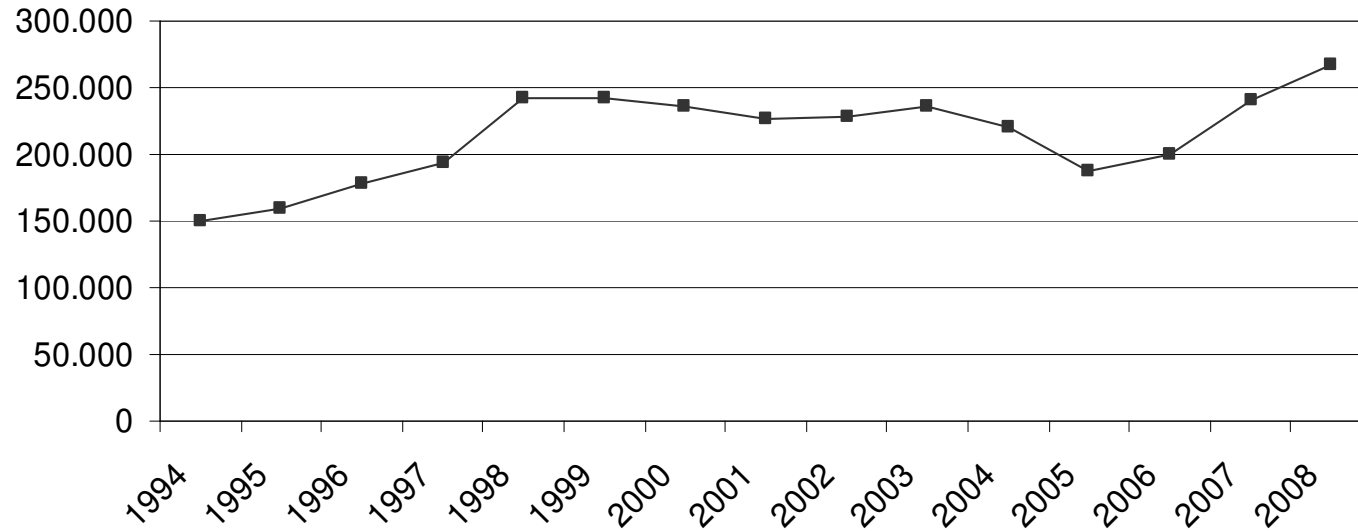
Dívida externa - US\$ milhões –

1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
149.506	159.256	178.131	193.120	241.644	241.467	236.156	226.067

2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
227.689	235.414	220.182	187.987	199.372	240.495	267.067

Fonte: BCB Boletim/BP - BM4_DEXTEI4 (apud: IPEADATA).

DÍVIDA EXTERNA



Dívida interna -

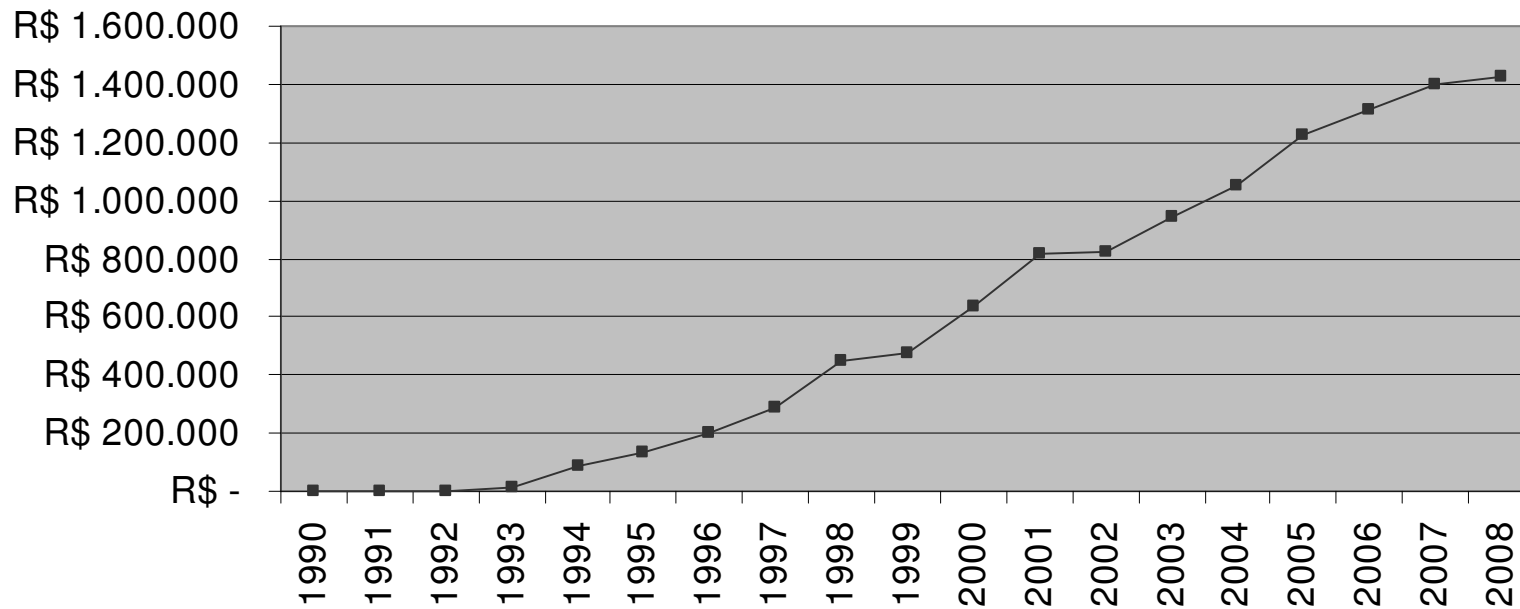
Dívida mobiliária federal emitida - responsabilidade do Tesouro Nacional - fim período - **R\$ milhões** –

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
6,5	33,8	537	12.593	85.869	133.942	197.879	290.969	448.529	475.772	634.410	818.474	825.971

2003	2004	2005	2006	2007	2008
942.900	1.053.611	1.222.094	1.313.753	1.396.405	1.427.151

Fonte: BCB Boletim/F. Públ. - BM_DIPF (apud: IPEADATA).

DÍVIDA INTERNA (em milhões de reais)



PIB - R\$ (milhões) -

1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
349.204	705.640	843.965	939.146	979.275	1.065.000	1.179.482	1.302.136	1.477.822

2003	2004	2005	2006	2007	2008
1.699.948	1.941.498	2.147.239	2.369.797	2.597.611	2.889.718

Fonte: IBGE/SCN 2000 Anual - SCN_PIBN (apud: IPEADATA).

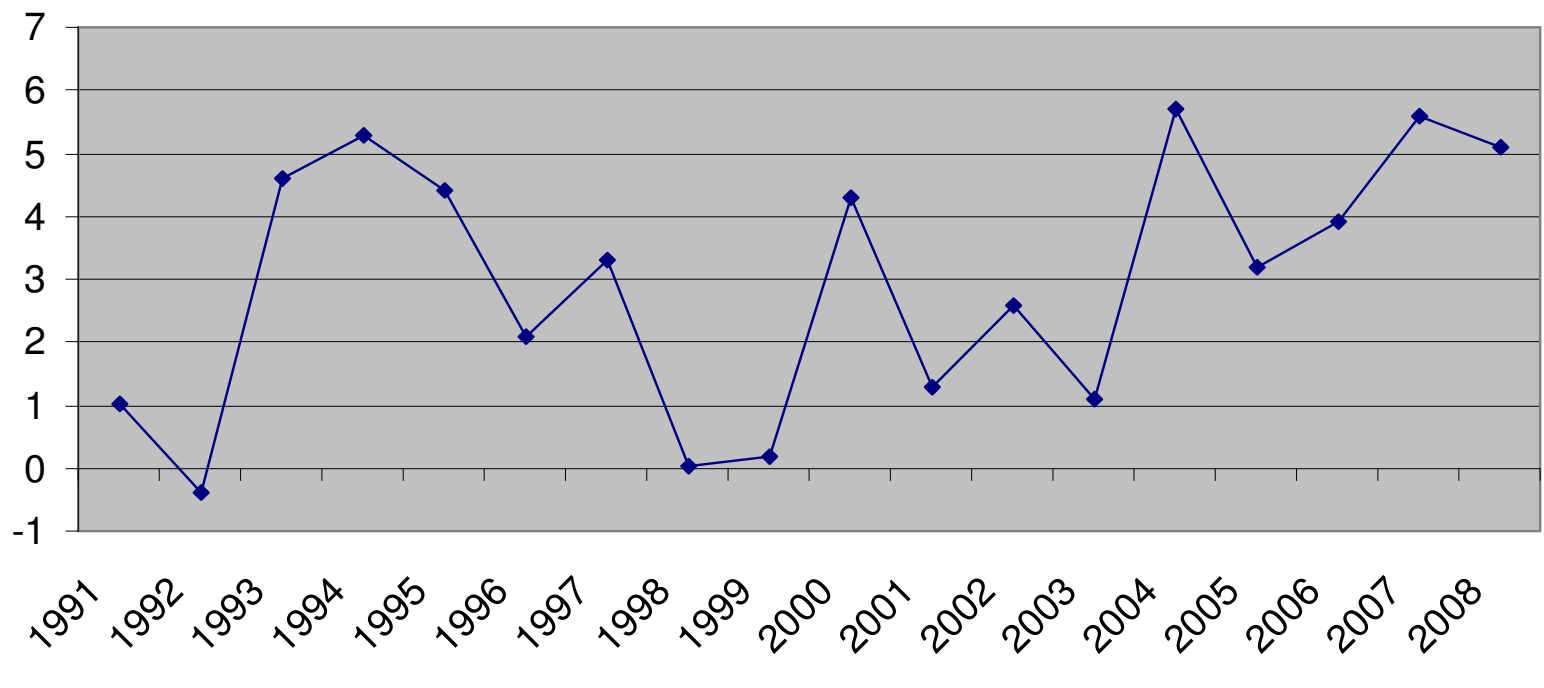
PIB – variação real anual (%)
(crescimento econômico)

ANO	PIB
1991	1,03
1992	-0,4
1993	4,6
1994	5,3
1995	4,4
1996	2,1
1997	3,3
1998	0,03
1999	0,2

2000	4,3
2001	1,3
2002	2,6
2003	1,1
2004	5,7
2005	3,2
2006	3,9
2007	5,6
2008	5,1

Fonte: IBGE/SCN 2000 Anual – SCN PIBG (apud: IPEADATA).

CRESCIMENTO ECONÔMICO (PIB)



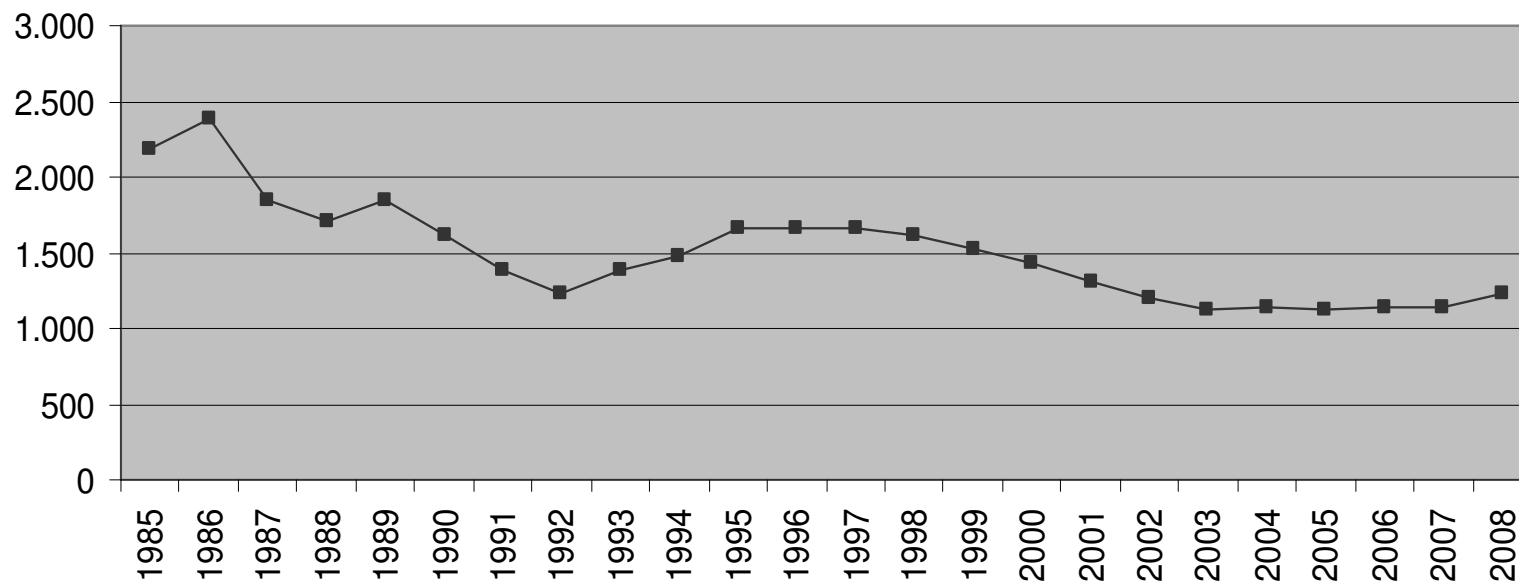
Rendimento Médio Real dos Ocupados no Trabalho Principal (1), segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) - 1985-2008

1985	2.182
1986	2.384
1987	1.851
1988	1.701
1989	1.853
1990	1.608
1991	1.377
1992	1.233
1993	1.385
1994	1.480
1995	1.667
1996	1.661
1997	1.665
1998	1.611
1999	1.520

2000	1.428
2001	1.301
2002	1.194
2003	1.118
2004	1.134
2005	1.129
2006	1.144
2007	1.140
2008	1.235

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE.

RENDIMENTO MÉDIO REAL RMSP



Salário-mínimo: aumento real (2003-2009)

“Considerando-se o período que se estende desde o início do governo Lula (janeiro de 2003) até agora (fevereiro de 2009), o salário mínimo já obteve um reajuste nominal de 132,50%, enquanto a inflação acumula alta de 60,40%. Ou seja, houve, no período, **um aumento real de 44,95%**” (DIEESE, 2009).

Salário-mínimo real –
Região Metropolitana de São Paulo (1940 = 100)

Ano	Média com 13º
1940	98,02
1950	39,84
1960	100,30
1970	68,93
1980	61,78
1990	29,09
1991	30,38
1992	26,07
1993	29,37
1994	24,79
1995	24,53
1996	24,92
1997	25,32

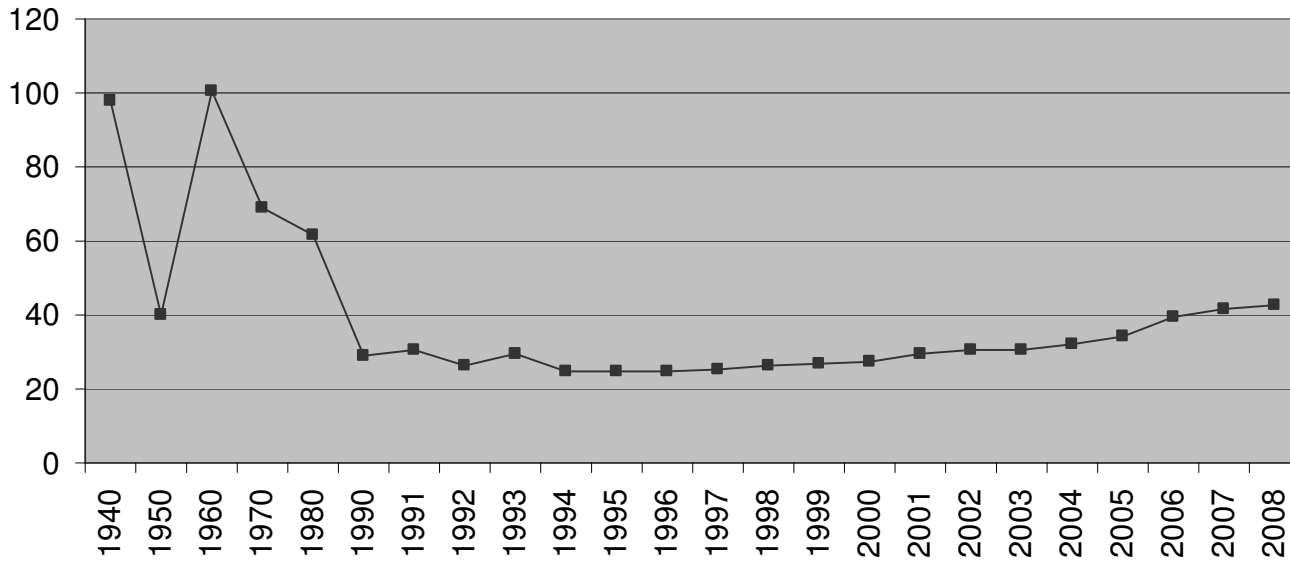
1998	26,55
1999	26,65
2000	27,43
2001	29,67
2002	30,28
2003	30,70
2004	31,85
2005	34,30
2006	39,64
2007	41,75
2008	42,71

Fonte: DIEESE.

Obs.: Inclui 13º salário na média anual desde 1962.

Inclui abonos nos meses agosto/90 e janeiro/95.

SALÁRIO-MÍNIMO REAL



Comentários sobre os dados

Ivo Lesbaupin

maio 2009

Dívida externa

Os dados permitem verificar que a dívida externa do Brasil não acabou. Apesar do pagamento sistemático dos juros da dívida e sua amortização, embora o governo Lula tenha pago a dívida com o FMI, não liquidou a dívida externa - que continua crescendo -, chegando a **267 bilhões de dólares**. O *superávit primário* continua sendo recolhido: é o montante da receita nacional separado para garantir o pagamento do serviço da dívida. Mais da metade do orçamento do país é gasto com os juros, a amortização e a rolagem da dívida. Esta é a razão pela qual há sempre recursos insuficientes para a saúde, a educação, o transporte, a habitação, entre outros.

Dívida interna

Para pagar a dívida externa, o governo produz uma dívida interna: lança títulos da dívida pública. E esta dívida, desde o governo Fernando Henrique Cardoso, não cessa de crescer a taxas astronômicas. Saltou de 85 bilhões de reais em 1994 a 825 bilhões em 2002. Em 2008, chegou a mais de **1 trilhão e 400 bilhões de reais**. Quem recebe o pagamento desta dívida? Os banqueiros e aqueles que investem em produtos financeiros. Os ricos, em suma. Mas estas poucas pessoas – que, segundo o economista Márcio Pochmann, não somam mais que 20 mil

clãs de famílias (menos de 1% da população brasileira) -, recebem fortunas por causa desta dívida. E os brasileiros trabalham, a maior parte do tempo, não para o desenvolvimento do seu país, mas para pagar esta dívida. Os impostos que pagam se destinam, em primeiro lugar, para o atendimento das exigências das dívidas (externa e interna), isto é, para ricos do exterior (bancos credores, investidores) e ricos do Brasil (banqueiros, rentistas).

Crescimento econômico e desemprego

O crescimento econômico do país vem, desde o início dos anos 80, patinando. Nos anos 80, a causa foi a crise da dívida externa. A partir dos anos 90, foi a adoção das políticas neoliberais: prioridade para o pagamento da dívida externa (políticas de ajuste fiscal), rígido controle da inflação – com a utilização do aumento da taxa de juros a cada vez que a inflação ameaça subir um pouco. Estas políticas atendem aos interesses do capital financeiro (bancos, rentistas, multinacionais). Não se trata de um crescimento *sustentado*, é na verdade muito irregular – como evidencia o gráfico. Por que? Porque o crescimento não é o objetivo central desta política. O capital financeiro lucra com ou sem crescimento econômico. Os grandes beneficiários deste modelo econômico são os bancos: seus lucros crescem a cada ano, a cada semestre, a cada trimestre, desde o início do governo Fernando Henrique Cardoso, continuando no governo Lula.

O governo Lula inovou em alguns aspectos: ele tem promovido aumentos reais do salário-mínimo (aumento acima da inflação): 45% entre 2003 e o início de 2009. Ele tem um grande programa assistencial, o bolsa-família, que atinge 11 milhões de famílias mais pobres: é menos da metade do salário-mínimo, mas ajuda a retirar estas famílias da miséria. Deu início a um

programa de aceleração do crescimento (PAC) em 2007: não é um programa de desenvolvimento, é um programa de obras. Mas, para isso, reduziu o percentual que era reservado para o superávit primário, de forma a ter mais recursos para investir. Graças a estas medidas, começou a haver um pequeno crescimento econômico (5,6% em 2007; 5,1% em 2008). O desemprego começou a diminuir: teve uma queda de 19,9% (2003) para 13,5% (2008). Agora, em razão da crise econômica mundial, o desemprego voltou a crescer. O governo tomou algumas medidas para reduzir esta consequência: redução de impostos para alguns produtos, um plano nacional de habitação, entre outras. Este plano habitacional fazia parte do programa de governo do candidato Lula em 2002, mas até agora não tinha saído do papel: a gravidade da crise obrigou-o a implementá-lo. É o penúltimo ano de governo, mas antes tarde do que nunca.

No entanto, o enfrentamento da crise deveria levar à mudança do modelo econômico centrado no pagamento da dívida e de seus juros. Esta centralidade não mudou, o controle da inflação continua a ser o objetivo principal (e não o desemprego). Os capitais deveriam ser controlados para permitir autonomia ao governo frente aos “mercados” (ao capital financeiro): o governo não tomou esta medida. A dívida externa, que suga os recursos do país, deveria passar por uma auditoria (exigência da Constituição de 1988), mas o governo ignora esta demanda. Em suma, a política econômica continua na mesma direção, neoliberal, a despeito de algumas medidas positivas porém insuficientes.

Rendimento médio real

Este é o motivo pelo qual o rendimento médio real continua muito baixo: ele está hoje abaixo do que era em 2001. A grande maioria dos brasileiros trabalha muito (na economia formal ou informal), mas é mal remunerada. Em compensação, a renda dos 10% mais ricos cresce sem parar. Embora os programas sociais tenham tirado os miseráveis da miséria maior, a desigualdade social cresce a cada ano. Um dos principais fatores para o aumento da desigualdade é o sistema tributário - altamente regressivo -: os pobres pagam proporcionalmente mais imposto que os ricos. Graças a este sistema e à política econômica de ajuste fiscal (dívida, juros), há um processo de transferência de renda da maioria mais pobre da população para a elite mais rica.